

Proposta de reforma recebe 400 emendas

AJ13501

Arquivo/AT

Na semana que vem o governo começa a negociar as mudanças no projeto de reforma da Previdência



Lula quer que a reforma comece a ser votada no dia 23

BRASÍLIA – Os partidos da base aliada do governo e de oposição apresentaram mais de 400 emendas à proposta de reforma da Previdência do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O prazo final para a apresentação de alterações à proposta previdenciária terminou ontem e, partir da semana que vem, o Palácio do Planalto começa a negociar com aliados e opositores as mudanças que poderão ser incorporadas ao projeto.

Pelo calendário do governo, a reforma da Previdência deverá começar a ser votada na Comissão Especial a partir do dia 23. No plenário da Câmara, a previsão é que a proposta seja analisada a partir do dia 12 de agosto.

“Preciso zelar pela soberania da base. E se não tiver unidade não vai dar para cobrar a disciplina e o voto da base”, afirmou ontem o líder do governo na Câmara, Aldo Rebelo (PC do B-SP).

O Planalto terá que se empenhar, no entanto, para garantir que a reforma da Previdência não seja descaracterizada. Existem emendas que, na prática, acabam mudando a proposta original

apresentadas pelo governo.

As resistências maiores dos parlamentares são contra a criação de contribuição previdenciária para os servidores aposentados e pensionistas; a redução das pensões deixadas por servidores para até 70% do benefício; a falta de uma regra de transição para a implantação da idade mínima de 55 anos (mulheres) e 60 anos (homens) para os funcionários públicos requisitarem aposentadoria.

MORTE – Morreu ontem, em Brasília, o ex-ministro e ex-deputado federal pelo PFL da Bahia Carlos Santana. Ele tinha 72 anos e estava internado devido a problemas cardiovasculares, hipertensão e diabetes.

Médico e professor, Santana foi líder do governo José Sarney e ministro da Saúde, em 1985, e ministro da Educação, em 1989.

OS PREFERIDOS

Os principais temas nas emendas à reforma da Previdência



Inativos – Os parlamentares querem mexer na taxação dos aposentados e pensionistas. Há propostas para impedir a cobrança da contribuição previdenciária dos inativos e também para aumentar o piso de isenção da taxação apenas para os servidores da União



Pensão – Muitos tentam alterar a proposta do governo sobre a redução do valor das pensões deixadas pelos servidores públicos



Transição – Alguns deputados sugerem regras de transição para os funcionários públicos prestes a requisitar a aposentadoria



Cálculo – Foram propostas fórmulas mais suaves para calcular o benefício das aposentadorias dos servidores públicos. A proposta do governo leva em conta os 35 anos de contribuição do servidor para chegar ao valor do benefício



Benefícios – Há os que propõem critérios na Constituição para garantir a atualização dos benefícios dos servidores públicos



Professores – Deputados sugerem a manutenção da aposentadoria especial para os professores de ensino médio e fundamental



Teto – Várias emendas alteram o teto de R\$ 2,4 mil tanto do regime geral da Previdência quanto do serviço público. Há propostas de teto de R\$ 3,6 mil e R\$ 4,8 mil



Fundos de pensão – Outro tema das emendas foram as regras para a instituição dos fundos de pensão dos servidores públicos. Uma das propostas estabelece a criação do fundo estatal, administrado pelo governo, para complementar as aposentadorias dos servidores